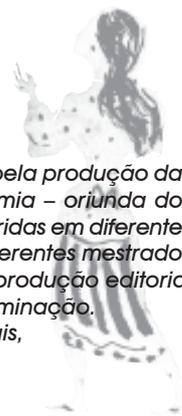
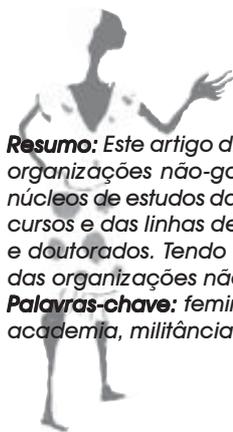


PUBLICANDO NAS ONGs FEMINISTAS: ENTRE A ACADEMIA E A MILITÂNCIA

SÔNIA MALHEIROS MIGUEL

Centro Feminista de Estudos e Assessoria



Resumo: Este artigo discute o campo das publicações feministas, formado pela produção das organizações não-governamentais e pela produção realizada na academia – oriunda dos núcleos de estudos da mulher e/ou de gênero, das disciplinas de gênero inseridas em diferentes cursos e das linhas de pesquisa sobre mulher e gênero, implantadas em diferentes mestrados e doutorados. Tendo como referência a experiência do CFEMEA, pensa a produção editorial das organizações não-governamentais feministas e as formas de sua disseminação.

Palavras-chave: feminismo, publicações, organizações não-governamentais, academia, militância.

O abre-alas

O I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas permitiu que, pela primeira vez, diferentes núcleos e organizações que editam livros e revistas tendo como objeto as mulheres e/ou as relações de gênero parassem para se pensar como um campo – o de publicações feministas, com toda a pluralidade, diversidade e riqueza de entendimentos que os termos ‘mulheres’, ‘gênero’ e ‘feminismos’ comportam.

No encontro estavam representadas organizações não-governamentais feministas já estabelecidas, que há muitos anos mantêm uma atividade regular de publicação,¹ e outras mais recentes, que já se constituíram valorizando esse campo.² Presentes, também, representantes de revistas de núcleos de estudos de universidades³ e da revista *MariaMaria*, publicada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).⁴ O Encontro foi organizado pela equipe da *Revista Estudos Feministas* (REF) e contou com o apoio da Fundação Ford.

Copyright © 2003 by Revista Estudos Feministas

¹ Católicas pelo Direito de Decidir (CDD); Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA); Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Geledés – Instituto da Mulher Negra; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; SOS-Corpo – Gênero e Cidadania; e Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

² Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende); ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; e Instituto Patrícia Galvão – Comunicação e Mídia.

³ Cadernos Espaço Feminino/Universidade Federal de Uberlândia; Cadernos Pagu/Universidade Estadual de Campinas; Cadernos de Pesquisa e Debate do Núcleo de Estudos de Gênero/UFPR; Coleção Bahianas do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA; Revista Estudos Feministas/UFSC; Revista Gênero/UFF; Mandrágora/NETMAL/Universidade Metodista de São Bernardo.

⁴ Como observadoras, mais duas organizações não-governamentais feministas de mulheres negras.

O impacto do feminismo na formação e consolidação do campo dos estudos sobre a mulher ou de gênero é reconhecido e destacado por diferentes pesquisadoras. Louise A. Tilly, no artigo “Gênero, história das mulheres e história social”, publicado no *Cadernos Pagu*, ao comentar a relação das historiadoras com o feminismo, afirma que

certamente toda a história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e ação como a histórias das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980.⁷

No Brasil, entre os estudos que procuram analisar o surgimento e a consolidação desse campo, o texto de Carmen Barroso apresentado em 1987, no grupo de trabalho ‘Mulher e Política’ da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS),⁸ reconhecia o impacto do movimento feminista para a constituição dos ‘estudos sobre a mulher’. O mesmo texto, ao analisar os anos 1980, também já apontava o processo de institucionalização:

a tendência parece delinear-se no sentido de uma institucionalização crescente. Partindo dos cursos extra-universitários, via cursos universitários mas sem créditos, até os que geram crédito dentro dos currículos, a análise aponta para a aceitação incipiente dos Estudos sobre a Mulher no sistema escolar formal.⁹

Dezesseis anos depois do texto escrito por Carmen Barroso, é visível uma maior institucionalização dos estudos sobre a mulher ou dos estudos de gênero no Brasil. Surgem disciplinas, programas, linhas de pesquisas, núcleos de estudos e pesquisa em torno, inicialmente, dos estudos sobre a mulher e, mais recentemente, em torno dos estudos de gênero. Mas a inserção dos estudos sobre a mulher, de gênero, ou feministas no espaço acadêmico também é objeto de questionamentos que denunciam as resistências existentes.

Resistências estas que não ocorrem somente no Brasil. Eleni Varikas, comparando a situação dos estudos sobre a mulher nos Estados Unidos, o chamado *women's studies*, e a situação dos mesmos na França, ao analisar o campo da história, aponta as dificuldades encontradas para que “a problemática do gênero ou das relações sociais de sexo” sejam tratadas com um “objeto de ensino legítimo e integrado ao currículo”.¹⁰

Essa institucionalização e transversalização que é reivindicada por parte das pesquisadoras feministas, como busca de saída do ‘gueto’, evidencia uma outra importante discussão que se trava no campo do feminismo e dos estudos de gênero: tratar a questão da mulher, ou de gênero, em todas as áreas de conhecimento, ou trazer a contribuição de todas as áreas de conhecimento para uma área que se chamaria ‘estudos de gênero’, ou ‘estudos feministas’? E aí vai uma outra pergunta: essas posições seriam excludentes?

Para algumas, a institucionalização com base nos estudos de gênero seria uma forma de absorver e neutralizar as posturas mais radicais do feminismo. Essa é a posição expressa, por exemplo, por Claudia Lima Costa no artigo “O tráfico de gênero”. Para a autora, a “utilização do gênero como categoria de análise permitiu uma certa

⁷ TILLY, 1994, p. 31.

⁸ As reuniões anuais da ANPOCS foram um dos primeiros espaços de inserção dos ‘estudos sobre a mulher’, com a criação dos grupos de trabalho ‘Mulher e Trabalho’ e ‘Mulher e Política’.

⁹ BARROSO, 1987, p. 7.

¹⁰ VARIKAS, 1994, p. 63-64.

Albertina de Oliveira Costa, no já histórico artigo “Baseado e Pau-de-arara: memórias do feminismo nos trópicos. São Paulo, 1970”, comenta o processo de formação do movimento feminista no Brasil na década de 1970, inscrito, em grande parte, no contexto da história dos partidos de esquerda e de uma conjuntura ditatorial.

Para ela, “não houve uma oposição radical por parte do movimento à academia na medida em que aí predominavam modos de pensar caros à esquerda”, pois, “atuando dentro de um mesmo campo intelectual, estabelecia-se tacitamente uma aliança tática, universidade e movimento de mulheres eram bastiões na luta contra o autoritarismo”¹⁵.

Joan Scott, no prefácio a “Gender an Politics of History”, também apontava para a afinidade entre academia e militância: “Ao invés de haver uma separação entre a política feminista e os estudos acadêmicos de gênero, ambos são parte do mesmo projeto político: uma tentativa coletiva de confrontar e contestar as distribuições de poder existentes”.¹⁶

Hoje em dia, o fato de que muitas das mulheres vinculadas às organizações não-governamentais feministas fizeram, ou fazem ainda, parte do corpo docente ou discente de diferentes universidades brasileiras facilita essa ponte. É comum a participação de mulheres vinculadas a ONGs nos encontros ou reuniões de associações nacionais de pesquisa e pós-graduação, para citar somente alguns exemplos.

Por outro lado, muitas das feministas vinculadas ao quadro docente e de pesquisa de diferentes universidades participam de seminários, eventos e cursos organizados pelas organizações não-governamentais, contribuindo para a formação e conformação das mesmas. E convidam representantes de ONGs para falar em seus cursos, trazendo para a universidade o conhecimento produzido e refletido nesses lugares.

Pesquisadoras ligadas a diferentes universidades brasileiras são contratadas como consultoras de ONGs, e os espaços de troca são valorizados, como bem exemplificam os encontros da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), que reúne a produção da academia e das organizações dos movimentos de mulheres e feministas.

As organizações não-governamentais feministas têm sido, também, importantes divulgadoras da produção acadêmica existente sobre mulheres, gênero e feminismos, remetendo estudantes e pesquisadores a seus acervos de documentação, para dissertações, teses, artigos e revistas desse campo produzidos na academia.

Nestas últimas décadas as ONGs, e suas práticas, têm sido, também, objeto de estudo da academia. Dissertações e teses sobre os centros de atendimentos às mulheres vítimas de violência e sobre o trabalho de diferentes ONGs feministas são um dos resultados desse interesse.¹⁷

Mas, além de serem divulgadoras de estudos e objetos de pesquisa, cada vez mais as ONGs têm sido produtoras de conhecimento e reflexão sobre a sociedade brasileira, associando pesquisa e ação e fazendo circular suas idéias também em revistas publicadas na academia.

Algumas perguntas se impõem. Só poderíamos chamar de produção científica aquela realizada intramuros? Mulheres e homens, graduadas/os, mestras/es e doutoras/es, que passaram pela academia, não estariam legitimadas para exercer seus cânones extramuros? Basta olhar para a história da ciência para vermos que tal discussão não procede.

¹⁵ COSTA, 1987, p. 16.

¹⁶ SCOTT, 1994, p. 19.

¹⁷ Em breve levantamento no centro de documentação do CFEMEA encontramos 26 dissertações ou teses de mestrado e doutorado que analisam atuações de ONGs ou temáticas ligadas aos movimentos feministas e de mulheres.

PUBLICANDO NAS ONGs FEMINISTAS: ENTRE A ACADEMIA E A MILITÂNCIA

b) Publicações que divulgam pesquisas realizadas pelo Centro junto aos parlamentares federais sobre temas de interesse das mulheres:

TÍTULO	ANO	AUTORIA
<i>Direitos da mulher: o que pensam os parlamentares</i>	1993	Coordenação Técnica: Guacira C. de Oliveira/ CFEMEA
<i>Fêmea especial direitos da mulher: o que pensam os parlamentares – 1995</i>	1995	Gilda Cabral/CFEMEA e Malô Simões Lopes/ CFEMEA
<i>Cidadania das mulheres e Legislativo Federal: novas e antigas questões em fins do século XX no Brasil</i>	2001	Almira Rodrigues/CFEMEA

c) Publicações que divulgam propostas para uma legislação não discriminatória e políticas públicas com uma perspectiva de gênero:

TÍTULO	ANO	AUTORIA
<i>Carta de Brasília – Encontro Nacional Mulher e População – Nossos Direitos para Cairo'94</i>	1993	Comissão Organizadora do Encontro
<i>Alerta Mulher! Encontro Nacional: a mulher e a garantia de seus direitos constitucionais – Documento Final</i>	1993	Várias autoras
<i>Mulher, população e desenvolvimento</i>	1996	Leila Linhares/CEPIA
<i>Dossiê globalização e trabalho: perspectivas de gênero</i>	2003	Silvia Yannoulas/FLACSO - Brasil
<i>Dossiê de políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho</i>	2002	Christiane Girard/UNB

TV Sol, em mais de 200 ônibus urbanos de uma empresa de transporte coletivo que circulam diariamente em Brasília, atingindo mais de 150 mil pessoas por dia.

Na rede mundial de computadores, a primeira página do Centro foi ao ar em maio de 1998, e simplesmente informava, em poucas palavras e com poucos recursos, o que era o Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Aos poucos, novas páginas foram surgindo, com mais conteúdo. Em março de 2002, entrou no ar a quinta e atual versão (www.cfemea.org.br), que já inclui a versão eletrônica do informativo *Jornal Fêmea* editado a partir de julho de 1999 e de seis outras publicações do Centro.

As publicações do CFEMEA são distribuídas prioritariamente para as organizações dos movimentos feministas e de mulheres e para a Bancada Feminina no Congresso Nacional. O informativo *Jornal Fêmea*, com uma tiragem de 13 mil exemplares, é distribuído também para todas as deputadas estaduais e distritais, assim como para prefeitas e vereadoras.

A distribuição das publicações do Centro atinge grupos extremamente diversificados quanto aos objetivos e temáticas, formas de organização e localização geográfica: grupos de feministas de mulheres negras, de mulheres lésbicas, mulheres vinculadas ao trabalho de comunidades, a sindicatos e centrais sindicais, a partidos políticos, a universidades públicas e privadas; e grupos profissionais discriminados, como o das empregadas domésticas e o das trabalhadoras rurais.

As publicações circulam pelas redes do movimento de mulheres, umas fluidas, outras mais estruturadas dos movimentos feministas e de mulheres, e são distribuídas em seminários, debates e congressos. Nestes 14 anos, com raríssimas exceções, a prática do CFEMEA tem sido a distribuição gratuita de suas publicações.

Em 1994, com o livro *Direitos da mulher: o que pensam os parlamentares*, o Centro faz uma primeira tentativa, bastante tímida, de vender seu produto. Em 1996, o *Guia dos direitos da mulher* teve a sua segunda edição publicada pela Editora Rosa dos Tempos, passando, desde então, a ser vendido comercialmente.

Para além do CFEMEA, algumas considerações

A experiência descrita, se nos abstermos de pensar a especificidade do trabalho junto ao legislativo, não é muito diferente da experiência de outras organizações não-governamentais feministas brasileiras presentes no Encontro.

As publicações das ONGs feministas contemplam uma pauta temática bastante ampla, que abrange: os direitos humanos e o combate à violência; os direitos sexuais e os direitos reprodutivos; o trabalho e a previdência social; a política e o poder; o enfrentamento do racismo; e o combate à pobreza.

Mais recentemente, essas organizações têm se inserido nos debates e na conjugação de esforços para: o exercício do controle social e a fiscalização e o acompanhamento orçamentários; a preservação do meio ambiente; o enfrentamento da exclusão e das desigualdades sociais; e o combate aos efeitos perversos do processo de globalização, entre outras ações.

Entre as contribuições das publicações das organizações não-governamentais feministas merece destaque o aprofundamento de conceitos e de entendimentos sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, que vai se afirmando e difundindo, possibilitando que outras atrizes e atores sociais possam ampliar seu campo de visão e promover, paulatinamente, rupturas com visões sexistas e preconceituosas.

Entre essas noções, destacam-se: saúde sexual, saúde reprodutiva, direitos sexuais e direitos reprodutivos, dupla jornada, violência doméstica, ações afirmativas e assédio sexual.

PUBLICANDO NAS ONGs FEMINISTAS: ENTRE A ACADEMIA E A MILITÂNCIA

feministas, significa o reconhecimento dessa produção e, por tabela, o reconhecimento da produção originária de pessoas que atuam ou atuaram em organizações não-governamentais e nos movimentos sociais de mulheres. Essas colaboradoras e esses colaboradores citaram, em suas biografias, 34 organizações não-governamentais:

1.	Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
2.	AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
3.	ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
4.	Articulação Nacional de Mulheres Negras
5.	Associação de Mulheres de São Paulo
6.	Casa de Cultura da Mulher Negra
7.	CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução
8.	CDD – Católicas pelo Direito de Decidir
9.	CEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero
10.	CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
11.	CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
12.	CIM – Centro de Informação Mulher
13.	CLADEM – Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher
14.	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde
15.	COMULHER
16.	ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana
17.	ELAS – Elisabeth Lobo Assessoria – Trabalho e Políticas Públicas
18.	Etcétera & tal
19.	Fala Preta – Organização de Mulheres Negras
20.	GRUMIN – Rede de Comunicação Indígena sobre Gênero e Direitos
22.	Grupo Gay da Bahia
23.	REDEFEM – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas
24.	Rede DAWN-MUDAR
25.	Rede de Artes e Literatura Feminista
26.	Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos
27.	REHUNA – Rede pela Humanização do Parto e Nascimento
28.	REDEH – Rede de Defesa da Espécie Humana
29.	SER MULHER – Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural
30.	SOF – Sempreviva Organização Feminista
31.	Somos – Grupo de Afirmação Homossexual
32.	SOS Corpo – Gênero e Cidadania
33.	SOS Mulher de São Paulo
34.	UMESP/UMB – União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo

graduação, muitas/os delas/es vinculadas/os, organicamente ou idealmente, a diferentes movimentos sociais. Ou quando parte significativa de militantes de organizações não-governamentais recorrem a graduações, mestrados e doutorados para qualificar suas intervenções.

Essa postura significa transpor os discursos que defendem uma demarcação rígida dos espaços da academia e da militância; significa congregar esforços no sentido de podermos cada vez mais mesclá-los, transitar entre eles, transversalizando nossas idéias e nossos lugares.

Referências bibliográficas

- BARROSO, Carmen. "O descompasso na expansão do ensino e da pesquisa". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11, 1987, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo, 1987. 10 p.
- COSTA, Albertina de Oliveira. "Baseado e pau-de-arara: memórias do feminismo nos trópicos. São Paulo, 1970". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11, 1987, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo, 1987. 18 p.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. "Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto?" In: *Cadernos de Pesquisa* (Revista de Estudos e Pesquisas em Educação – Fundação Carlos Chagas), n. 54, p. 5-16, ago. 1985.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. "Estudos sobre mulher: militância e pesquisa". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11, 1987, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo, 1987. 43 p.
- COSTA, Ana Alice de Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. "Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras". *Revista Estudos Feministas*, p. 387-400, 2. sem. 1994. Número especial.
- COSTA, Claudia Lima. "O tráfico do gênero". *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 127-140, 1998.
- VARIKAS, Eleni. "Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott". *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 63-84, 1994.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. "As relações sociais de sexo: novas pesquisas ou renovação da pesquisa?" *Revista Estudos Feministas*, p. 415-422, 2. sem., 1994. Número especial.
- KOFES, Suely. "Categorias analítica e empírica: gênero e mulher. Disjunções, conjunções e mediações". *Cadernos Pagu*, v. 1, p. 19-30, 1993.
- SCOTT, Joan Wallach. "Prefácio a Gender and Politics of History". *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 11-27, 1994.
- TILLY, Louise A. "Gênero, história das mulheres e história social". *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994.

Publishing in Feminist NGOs: between the University and the Activism

Abstract: *This article discusses the feminist publication field constituted by the nongovernmental organizations production and the academic and editorial production, done by the Universities, through its gender and/or women studies nucleus, gender subjects in different courses. The article, based in the Feminist Center for Studies and Advisory Services – CFEMEA editorial experience, analyses the editorial production of the feminist NGOs and its divulgation.*

Key words: *feminism, publications, nongovernmental organizations, university, activism.*